

Oficina de Dados abertos

Em atendimento ao Plano de Integridade Cidadania em Foco, do Ministério da Cidadania, aprovado pela Portaria MC nº 802, de 31 de agosto de 2022, que organiza as medidas para prevenção e tratamento de riscos à integridade para o período de 2022 a 2024, a Ouvidoria-Geral, por meio da Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação, CGTAI, promoveu a realização da Oficina de Sensibilização sobre Dados Abertos. O evento ocorreu em 22 de setembro de 2022, de forma presencial.

A capacitação contou com a presença do Senhor Eduardo Flores Vieira, Ouvidor-Geral do Ministério da Cidadania, que realizou a abertura do encontro e também com a participação do servidor Aureliano Vogado Rodrigues Junior, Coordenador-Geral de Transparência e Acesso à Informação do MC e da servidora Giovana Bertolini, Chefe de Divisão na Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência da Diretoria de Governo Aberto, Transparência e Participação Social, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Controladoria Geral da União. Estes realizaram a apresentação do tema.

Houve a presença de servidores e colaboradores do MC, de forma que todos puderam entender a importância do tema Dados Abertos, e também foi concedido um momento para que todos os presentes pudessem tirar as dúvidas, fazer perguntas e trocar informações sobre a respectiva temática.

A oficina de Dados Abertos teve como finalidade mostrar que, com as mudanças tecnológicas, sociais e políticas, os entes governamentais têm a missão de propor novas soluções para os problemas públicos e desafios que se apresentam, tendo em vista que a utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICS) têm sido cada vez mais frequente pelo poder público. Assim, o desenvolvimento de soluções tecnológicas viabiliza de forma mais eficiente a comunicação entre cidadão e governo, oportunizando melhorias significativas na prestação de informações e serviços públicos. Diante do contexto, Aureliano acentuou que foram feitos estudos pela Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação, CGTAI, da Ouvidoria-Geral do Ministério da Cidadania e atualmente existem atividades que visam a criação de soluções inovadoras para problemas públicos com participação da sociedade, como por exemplo, o *Hackthon* e o *Datahon*, que seriam maratonas digitais para encontrar soluções tecnológicas para desafios existentes.

Dados Abertos

Em sua apresentação sobre Dados Abertos, Giovana falou dos eixos de transparência pública, sendo eles: transparência ativa (Publicação de informações públicas de interesse coletivo e geral); transparência passiva:(Fornecimento de informações públicas em resposta a pedidos específicos); dados abertos (são os dados, que podem ser livremente acessados, utilizados, modificados e compartilhados).

A palestrante expôs que o público-alvo de dados abertos são: órgãos de governo, servidores públicos, sociedade civil, comunidade acadêmica. E no setor privado são:

empresas, startups, associações e imprensa. Os objetivos principais consistem em promover a publicação de dados em formato aberto, aprimorar a transparência, franquear o acesso à sociedade facilitar o intercâmbio de dados em toda federação, fomentar o controle social e a gestão pública participativa e democrática, promover a pesquisa científica, fomentar negócios e a inovação e promover a oferta de serviços públicos digitais de forma integrada.

Enfatizou que a política de dados abertos do Poder executivo foi instituída pelo Decreto Nº 8.777 de 11 de maio de 2016 e alcança a administração direta, autárquica e fundação. A implementação da política ocorre por meio da execução de Planos de Dados Abertos (PDAS). As principais obrigações legais dos órgãos são inventariar todas as bases de dados, publicar o PDA a cada 2 anos, utilizar mecanismo de participação social na priorização de bases, estabelecer um cronograma de abertura de bases, manter bases atualizadas e apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento do PDA (Resolução Nº 03/2017, do CGINDA).

Desse modo, a gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal será coordenada pela Controladoria-Geral da União, por meio da INDA, Infraestrutura Nacional de Dados Abertos. A INDA contará com mecanismo de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com caráter gerencial e normativo, na forma de regulamento.

Por último, Giovanna falou que o portal brasileiro de dados abertos conta quase 13 mil conjuntos de dados públicos e com 216 publicadores cadastrados, e para que se faça a abertura de dados é necessário respeitar as informações de acesso restrito, nos termos da LAI (Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), e as informações pessoais, nos termos da LGPD, devem estar em formatos processáveis por máquina, e não-proprietários, referencialmente, os dados devem ser publicados em mais de um formato, como por exemplo, CSV, JSON XML e os metadados devem ser informados.

Em continuidade ao tema, o Coordenador Aureliano fez apresentação do projeto Dados Abertos, transparência e *accountability* que está em fase de elaboração, e falou especialmente sobre o *Hackathon* e o *Datathon*. O *Hackathon* representa a união dos termos em inglês *hack* (programar) e *thon*, de *maratohn* (maratona) e tem como objetivo gerar uma competição entre programadores, desenvolvedores e inventores, que busca desenvolver soluções para um possível problema.

Nessa perspectiva, o Coordenador falou que vislumbra a realização de um *Datathon* no Ministério da Cidadania, com sugestão do nome de “DADOS ABERTOS, TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY PARA A CIDADANIA”, seguindo a mesma lógica do *Hackathon*, o *Datathon*, o qual possui o mesmo objetivo, porém, com foco em dados. Trata-se de uma maratona de soluções digitais de interesse coletivo, para problemas e desafios encontrados pelo MC Cidadania, com o intuito de gerar soluções que sejam acessíveis a todos cidadãos.

Aureliano trouxe ainda a importância de se realizar um projeto de dados, que se justifica pela oportunidade de os colaboradores vivenciarem um processo de inovação de perto, voltado para o desenvolvimento de novas ideias que possam contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento do acesso à informação, transparência e *accountability* e solução para problemas no Ministério junto à sociedade, tendo como resultados *Application Programs (APPS)* ou *Application Programming Interface (APIS)*, que facilitem a experiência de interação dos cidadãos com programas, ações e/ou serviços do MC.

Assim, houve apresentação do passo a passo para elaboração do *Datathon* que consiste em: informações do projeto, resultados esperados, formação da comissão avaliadora, cronograma.

Poderão participar do concurso cidadãos brasileiros e estrangeiros em situação regular no país, a partir dos 18 anos de idade e o número de vagas que serão abertas para inscrição será definido no edital que regerá o *Hackathon*:

Pódio com:

1º Lugar: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

2º Lugar: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

3º Lugar: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

A Comissão avaliadora será devidamente instituída pelo MC para o concurso, integrada por no mínimo 10 (dez) pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento em Dados Abertos, Transparência e *Data Science*. A composição dos membros da Comissão avaliadora será divulgada em etapa anterior à fase de desenvolvimento dos trabalhos.

Os resultados esperados visam ao desenvolvimento de soluções que serão usufruídas diretamente pelos cidadãos, e também possíveis soluções que melhorem os processos internos do próprio ministério, influenciando positivamente na melhoria das entregas que o MC realiza para a população.

A parte do cronograma consistirá em duas fases, a etapa de planejamento terá as seguintes fases: reunião de planejamento, definição de responsáveis, elaboração de edital, aprovação de edital, publicação de edital, definição da Comissão Avaliadora, definição de estratégia para divulgação e recebimento de inscrições.

Por fim, a maratona será composta pelas seguintes fases: Inscrição dos participantes, formações de equipes, desenvolvimento e submissão dos trabalhos, avaliação e classificação dos trabalhos, divulgação dos trabalhos vencedores, e premiação dos trabalhos vencedores.

Conclusão da apresentação

A Ouvidoria-Geral, por meio da Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação do Ministério da Cidadania agradeceu a todos os participantes que estiveram presentes.

Por meio da apresentação da oficina de sensibilização, o Ministério da Cidadania acredita que com a criação de soluções tecnológicas, as pessoas possam ter maior acesso à dados, devido à facilidade de uma interface intuitiva, reduzindo por exemplo o tempo utilizado para registrar pedido de acesso à informação, que já existe nos portais do MC, mas pode ser melhorado para facilitar a acessibilidade para o cidadão.